

A Globalização e as Perspectivas para o Século XXI

Manuel Correia de Andrade

01 – A mídia e a globalização

Uma das expressões mais utilizadas pela mídia, nos dias de hoje, é globalização; ela é utilizada em sentidos diversos, visando convencer o público a respeito de sua inevitabilidade e apresentando-a como benéfica à humanidade.

A globalização é utilizada como se fosse um símbolo de modernidade, como um fato inexorável ao qual os governos e as organizações sociais devem se curvar, por ser inútil e impossível qualquer resistência à mesma. Daí justificar-se uma política neoliberal de exclusão na qual se admite que o mercado é a medida de todas as coisas, justificando-se, face ao mesmo e ao seu poder, a necessidade de uma política excludente, que viola os direitos adquiridos pelos vários grupos sociais, em anos de luta entre o capital e o trabalho. Com ela, tenta-se eliminar a evolução histórica e procura-se negar a existência de conflitos de classes, da chamada luta de classes e dos grupos sociais. A defesa dos interesses dos grupos organizados e de sua importância para a evolução histórica é condenada em nome da eficiência do sistema neoliberal, sob a acusação de corporativismo.

Em nome da luta contra o corporativismo, eliminam-se os direitos elementares conquistados pelos cidadãos e inscritos nas constituições, o que provoca, naturalmente, a falência e a substituição do estado de direito, tão defendido e aceito no século XX, por formas mais ou menos ditatoriais de governo. Daí, o crescimento

da dívida dos países, tanto a externa como a interna, o aumento do desemprego e da coação sobre as organizações sindicais. Daí, também, a pregação da falência do socialismo, fazendo confundir a ideologia socialista com o comunismo real dos soviéticos, e a inexorabilidade do capitalismo, como mais perfeita forma de organização social.

Com isto, procura-se minimizar os princípios nacionalistas, como arcaicos e ultrapassados, substituindo-os por princípios que negam importância à soberania dos estados e procuram até diminuir a importância da história, como fez Fukiama, em livro que se tornou famoso (1992). Surge daí, entre grupos empresariais fortes, ligados politicamente aos países imperiais, a idéia de uma nova redivisão de fronteiras, fazendo desmembrar os estados nacionais e substituí-los por mini-estados que seriam mais dóceis aos grandes grupos econômicos (1994).

02 – Processo de globalização

É necessário que se analise as características da fase histórica em que vivemos para que se compreenda que a história não evolui em sentido linear e que o produto da evolução histórica não se consolida em organizações permanentes. A história é um processo que vai se sucedendo de tal forma, que no momento presente sente-se à influência do passado e pressentem-se as indicações do futuro. É o chamado tempo tribio de Gilberto Freyre (1983). Desse modo, ninguém no presente está alienado do passado e descompromissado com o futuro.

Neste fim de século, vive-se o momento em que o sistema capitalista alcançou a sua maior pujança; mas, ao mesmo tempo que apresenta essa pujança, ele vai apresentando grandes aspectos negativos que, naturalmente, serão o gérmen de sua destruição ou de sua substituição por outro sistema mais racional. O homem, ao

mesmo tempo em que domina a mais alta tecnologia, não consegue eliminar os grandes desníveis sociais nem preservar a natureza, provocando uma taxa de exclusão cada vez maior, uma degradação mais acentuada nas condições de vida e a destruição de elementos naturais cada vez mais escassos e mais necessários à sua sobrevivência. Vivendo no planeta, onde há uma grande abundância de água, o homem a usa de forma tão irracional, degradando-a de tal forma que, tudo indica, um dos maiores problemas da humanidade, dentro de poucos anos, será a falta de água potável; também numerosas endemias e epidemias que causavam grandes impactos à vida no planeta e que já haviam sido praticamente extintas, nos meados do século XX, estão reaparecendo de forma generalizada. E tudo isto porque o capitalismo privilegia o interesse econômico acima de qualquer outro, minimizando as necessidades sociais.

Admitimos que o capitalismo, que teve expressão a partir dos séculos XV e XVI, com a decadência do feudalismo, desenvolveu-se na Europa à proporção que o mesmo ia sendo eclipsado, e teve como sua principal característica a expansão europeia sobre os outros continentes e a uniformização, até certo ponto, da superfície da terra. Esta uniformização foi realizada, sobretudo, na infra-estrutura econômica, de vez que as superestruturas sociais e culturais – religiões, sistemas familiares, línguas, crenças, valores sociais, etc – subsistem em grandes porções da superfície da Terra e refazem-se nos momentos de crise do sistema de dominação.

O domínio do mundo pelos países europeus – portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, ingleses, belgas, alemães, russos etc. – foi inicialmente feito com o estabelecimento de feitorias costeiras nas áreas de clima tropical e com pequenas colônias de povoamento nas áreas de clima temperado, ambas baseadas em sistemas de domínio e de exploração econômica que se chamou de

colonialismo. Neste processo de colonização os povos colonizados foram, em grande parte, eliminados – a maioria dos indígenas da América -, ou aprisionados e forçados a migrar para áreas distantes, como aconteceu com os escravos africanos para as Américas e com indianos e chineses, em forma de semi-escavidão, para as Antilhas e as ilhas da Oceania.

No século XIX os povos colonizadores passaram a ampliar as áreas de suas colônias e a organizar estados dependentes, ora como protetorados, quando mantinham as instituições internas tradicionais, ora como simples colônias, quando ficavam inteiramente sob o controle do país colonizador. Passou-se, assim, do colonialismo para o imperialismo. E os impérios coloniais mais poderosos foram o inglês e o francês. Em escala menos expressiva havia impérios como o alemão, belga, holandês e português, que conseguiram se manter até a segunda metade do século XX. O império russo apresentava características próprias, por ter sido construído em terras contínuas que se estendiam do Báltico ao Pacífico e incorporava a metade da Ásia. Ele sofreu um abalo com a Revolução Russa e foi parcialmente destruído com a queda da União Soviética.

O surgimento de uma consciência nos países colonizados e de lutas entre os países colonizadores provocou um certo desequilíbrio nas relações entre metrópole e colônia, levando os países colonizadores a desenvolver a chamada política de descolonização que era, na verdade, uma reformulação do sistema colonial decadente. Uma forma de sobrevivência da dominação que se acentuou durante a guerra fria, quando a então União Soviética e a República Popular da China passaram a intervir no tabuleiro político dos países considerados subdesenvolvidos.

Nas últimas décadas do século XX, quando a liderança capitalista passou a ser exercida por uma potência imperial, sem ser

contestada por outras, como acontecera nos períodos que antecederam às duas guerras mundiais e se continuaram na Guerra Fria, esta potência passou a ter o domínio quase exclusivo da superfície da Terra. Os grupos econômicos capitalistas, domiciliados nos países ricos da América do Norte, da Europa e do Japão, passaram a ditar uma política econômica única, em função dos seus interesses, e a desenvolver uma forte contestação aos sentimentos nacionais. O estado nacional que havia sido consagrado nos fins do século XIX e consolidado com a Primeira Guerra Mundial passou a ser execrado em função dos interesses econômicos do Grande Capital.

03 – A geopolítica da globalização

No mundo globalizado, temos como potência imperial, mais rica e militarmente mais poderosa, os Estados Unidos. Nenhum outro país, isoladamente, tem condições de competir com ele; existem, porém, blocos de países que se formam ou se formaram à sua sombra, que procuram emergir.

Os Estados Unidos, com uma grande extensão territorial (9.363.502 Km²), uma população bastante expressiva (270.700.000 hab) e o PIB mais elevado do mundo (7.433.587 (??) US\$), com um forte interesse sobre o continente americano e o mundo do Pacífico, estende os seus negócios por toda a superfície da terra. Para isto, ele associou-se ao Canadá e ao México, na NAFTA, e procura absorver totalmente o continente americano com a ALCA, pondo em risco as associações de países latino americanos, como o Mercosul, o Pacto Andino, o CARICOM e outras associações. O sistema de relações internacionais procura sempre acentuar a rivalidade entre o Brasil e a Argentina, no MERCOSUL, e retardar o ingresso do Chile e da Bolívia no pacto meridional.

Na Europa, a chamada União Européia, formada inicialmente como uma Comunidade de que participavam seis países, é hoje formada por 15 – Reino Unido, França, Itália, Dinamarca, Bélgica, Holanda, Irlanda, Luxemburgo, Espanha, Portugal, Suécia, Grécia, Alemanha, Áustria e Finlândia -. Numerosos países tentaram dela participar, como a Turquia, a Polónia, a República Checa e a Hungria. No oriente europeu, numerosas das repúblicas soviéticas se aglutinam na Comunidade de Estados Independentes – Federação Russa, Bielo Rússia, Ucrânia, Moldávia, Armênia, Geórgia, Azerbadjão, Kazaquistão, Quiegizia, Tadjiquistão, Turcomênia – embora se observe uma grande diferença entre os países eslavos e cristãos ortodoxos, e os muçulmanos. Certamente, estes terão uma tendência a se associar a países asiáticos e maometanos, como o Irã ou mesmo a Turquia.

No Extremo Oriente, o Japão exerce uma certa liderança, hoje disputada pela China, que apresenta, nos últimos anos, um grande crescimento econômico e desenvolvimento social. Na verdade, a China, desenvolvendo o chamado “socialismo de mercado”, vem mantendo uma certa autonomia frente às imposições ocidentais. O continente indiano, hoje com uma população superior a 1 bilhão e meio de habitantes, é dividido por fortes rivalidades entre a Índia e o Paquistão e apresenta problemas com o Sri-Lanka e a Bengala. A Indochina e a Insulíndia, com características próprias e, após o impacto da crise econômica que destruiu o mito dos “tigres asiáticos”, tem problemas, inclusive, de instabilidade política, sofrendo grande atração da China e do Japão.

O mundo islâmico é uma incógnita, sobretudo com o crescimento dos grupos fundamentalistas que dominam vários países, demonstrando um grande poder de resistência, como se observou na guerra do Golfo; ainda hoje o mundo ocidental não conseguiu depor Saddam Hussein. Além disto, há uma forte

renovação da civilização do Islã, a partir dos sentimentos religiosos e culturais.

A África continua sendo o mais espoliado dos continentes; ela vem sendo colonizada, em parte, à margem dos grandes investimentos naquelas áreas que não são produtoras de matérias primas de alto valor, como petróleo, manganês, ouro e diamantes. Em função disto, o continente negro vive em permanentes guerras civis, travadas entre nações que se odeiam e que foram colocadas pelos colonizadores europeus dentro de uma mesma fronteira. É muito difícil manter uma unidade dentro de territórios de repúblicas como a Nigéria, o Sudão, a República Popular do Congo ou Angola.

O que se vê é que o mundo globalizado, que parece a caminho da unificação e da homogeneidade, é, na realidade, um mundo em que as forças centrífugas são tão fortes quanto as centrípetas e tende a uma divisão, a uma pulverização, considerando-se as características de alguns países e regiões.

04 – Estados e nações: a questão da soberania

Um dos temas mais afetados pela globalização é o das relações entre estados, o das relações entre estados e nações e até entre estados e regiões. Isto porque, o princípio de que cada estado constitui uma nação, permaneceu em uma posição teórica, nem sempre se efetivou; existem os estados nacionais relativamente uniformes, como o Uruguai ou a Dinamarca, e os estados formados por várias nações. Entre estes há os que têm uma nação hegemônica e nacionalidades diferentes e aqueles em que algumas nações se equivalem em expressão e poder, resultando a unidade de um equilíbrio entre os mesmos. No primeiro caso, temos a Federação Russa, onde os russos, que são maioria absoluta, controlam o poder político e submetem os povos dominados a um verdadeiro colonialismo interno – Tchecênia, Darguestão, Tartária, etc – ou

como ocorria com a Iugoslávia, antes do desmembramento, entre sérvios, croatas, eslovenos, bósnios, montenegrinos, macedônios e kossovares; ou com numerosos países africanos, como a Nigéria, com huassas, ibos e iorubas ou a República Popular do Congo, ou a Tazânia. Na China, o segundo país do mundo em superfície e primeiro em população, observa-se o domínio absoluto dos hams, submetendo os mandchus, os tibetanos, os uigures e os mongóis.

Há países multinacionais, aqueles em que coexistem grupos de origem étnica diferentes, como se observa na África do Sul, com brancos – britânicos e holandeses – e nações negras; no Canadá, com os anglo-canadenses, os franco-canadenses, os indígenas e os inuits; ou como alguns países andinos onde convivem os criolos, de origem espanhola, e os povos indígenas, quéchuas e aimarás, sobretudo.

No Extremo Oriente, convivem vários países de minorias chinesas que, na Malásia, chegam a ser majoritárias sobre os malaios e fazem com que Cingapura, na Insulíndia, seja uma cidade e também um estado chinês.

A Espanha é um estado multinacional em que convivem, em sistema federado, castelhanos, catalães, andaluzes, galegos e bascos, hoje organizados em uma federação, e em países do Norte da África onde convivem árabes e bérberes.

Ao mesmo tempo, ocorrem casos de vários estados ocupados por uma mesma nação. Perguntaríamos se poderíamos considerar como estados-nações alguns países árabes que representam um passado feudal, com ligações hierárquicas entre povos e soberanos? Ou haveria uma nação árabe dividida em vários estados que um dia poderão se unificar? O mesmo não ocorreria na América Latina com países de colonização espanhola e com identidade de língua e de religião? Que diferenças existiriam entre uruguaios, argentinos e chilenos que os caracterizassem em nações, a não ser a organização

político-administrativa? Ou entre o Equador, Peru e Bolívia, com uma superestrutura crioula, de origem espanhola e uma grande população indígena – quéchua e aimará – fiel a seus costumes e tradições? Por acaso, a diferença étnica e cultural entre um Quéchua peruano ou equatoriano e um crioulo não será maior do que a entre dois quéchuas, um peruano e outro equatoriano?

No caso brasileiro, em cujo território se encontra ainda um contingente indígena expressivo – cerca de 250.000 pessoas – e uma população formada por descendentes de europeus e de africanos, não se pode falar em uma unidade cultural. A própria expressão cultura luso-brasileira é autêntica para os habitantes do Norte, do Nordeste e da porção setentrional do Sudeste, mas seria autêntica para a população do Espírito Santo, de São Paulo e dos estados sulinos, que sofreram forte influência de migrantes europeus? Não haveria uma cultura luso-brasileira, ao lado de uma ítalo-brasileira, teuto-brasileira, polaco-brasileira, ucraino-brasileira e até nipo-brasileira?

Daí haver uma forte corrente de pensadores, de cientistas sociais e de historiadores defendendo a existência de uma forte diversificação regional no Brasil, diversificação esta que resultou do fato de que em nosso país, graças à visão genial de José Bonifácio, o estado antecedeu à nação (ANDRADE, 1998). O próprio José Bonifácio conduziu o movimento de separação Brasil-Portugal, preservando a forma monárquica de governo e a dinastia de Bragança, a fim de evitar o desmembramento do Reino do Brasil em vários estados, conforme as tendências regionais ou nativistas, muito fortes em províncias como a de Pernambuco, a de Minas Gerais e a do Rio Grande do Sul. E ele próprio, já em 1822, chamava a atenção para a necessidade da realização de uma política que levasse a cidadania aos povos negros e indígenas, muito numerosos, a fim de

que o país se integrasse. Seria esse o caminho para que o estado produzisse a nação.

O caso da Argentina é semelhante ao do Brasil, quando o Vice-Reinado do Prata foi se desmembrando, formando países independentes, como o Paraguai, com forte influência guarani, a Bolívia, com influência aimará e o Uruguai com pretensões a controlar as bacias do Paraná e do Uruguai em torno do porto de Montevideu. Sonho que certamente não foi concretizado devido à intervenção do Brasil, derrotando os planos de Artigas e estendendo seus domínios até o Prata. Além disto, a história das Províncias Unidas do Rio da Prata foi, durante muitos anos, uma história da luta entre Buenos Aires, porto cosmopolita, e as províncias do Pampa que procuravam fugir à sua dominação, bem expressada no clássico livro de Sarmiento contra o caudilhismo de Facundo Queiroga.

A globalização, com a sua visão de unidade e de homogeneização, vem sendo imposta a vários países, visando à unificação do mercado internacional dentro dos princípios neoliberais; mas, como toda pressão provocou uma reação, ela vem dando margem, em toda a superfície da Terra, a uma exacerbação das diferenças existentes, provocando guerras civis e a dissolução de estados. Os dois grandes exemplos são a antiga União Soviética e a Iugoslávia; no primeiro caso, o grande império comunista se desmembrou formando quinze países independentes, dos quais apenas três consagraram uma separação radical – Estônia, Letônia e Lituânia – e os demais adquiriram soberania mas se agruparam em um bloco econômico denominado de Comunidade de Estados Independentes. Estes estados, porém, continuaram com sérias tendências ao esfacelamento, como já ocorreu no caso da Federação Russa e ocorre também em países como a Geórgia, com a Ossétia e a Abkásia, no Azerbadjão, com Nagorno Karabach, e na Ucrânia, com

os tártaros e com as diferenças entre os próprios ucranianos orientais e ocidentais.

Os grandes grupos econômicos internacionais não têm compromissos com o passado nacional e muito menos com os interesses dos povos que procuram explorar; em consequência, procuram exacerbar as diferenças existentes, estimulando movimentos separatistas. Esses movimentos se tornaram cada vez mais fortes, como se observa com os bascos na Espanha, com os galenses e escoceses na Grã Bretanha, com os bretões e os corsos na França, com os lombardos na Itália, com os valões na Bélgica, etc. E têm uma grande repercussão na África onde as divisões entre os estados foram feitas por fronteiras traçadas no período colonial, sem levar em conta as diferenças étnicas existentes.

O perigo que advém para o Brasil é o de que, havendo interesses divergentes entre regiões brasileiras, seja estimulado o pensamento separatista que ocorre desde o período colonial; isto poderá fazer com que as regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, tendam a se separar do Sudeste, ou que os estados do Sul procurem se separar do resto do país, devido não só às suas origens étnicas como aos seus interesses econômicos, estimulados por uma política de integração com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. E na Bolívia, até que ponto a atração exercida pelo pólo econômico de São Paulo não poderá provocar uma atração da porção meridional do país, separando-a da porção andina, bem mais próxima culturalmente do Peru. Ou no oeste da Argentina, quando regiões andinas podem ser atraídas para o Chile devido à proximidade e as ligações já existentes entre províncias como Salta, Jujui, Tucuman e Mendoza com o país andino?

Como se explica, hoje, a balcanização dos países insulares do Caribe e da Oceania que, ao se libertarem juridicamente da dominação imperial tendem a formar países independentes – quase

um estado para cada ilha – e não uma federação de ilhas. O fato é olhado com apoio das grandes potências que seguem o princípio romano de dividir para dominar.

05 – O impacto sobre as estruturas sociais

O mundo viu, durante o século XX (ANDRADE, 1994), a luta intensa que houve entre o capitalismo e o socialismo como forma de organização social; nesta luta houve espaço ou brechas, como diriam os povos de língua espanhola, que foram utilizadas pelas classes menos favorecidas para obter alguns direitos sociais. Daí o estabelecimento de garantias no emprego (estabilidade), de aposentadoria, de direito a férias, a repouso semanal remunerado, de assistência à maternidade e à infância etc. que oneravam a produção, elevavam o custo da produção.

Estas reivindicações foram efetivadas com maior ou menor intensidade nos vários países, conforme se posicionassem como socialistas, sociais democratas ou liberais democráticos. Também deram margem ao surgimento de ditaduras estruturadas em posições filosóficas – o nazismo, o fascismo, o franquismo, o salazarismo, etc – ou em simples controle absoluto do poder estatal. Mas também deram margem ao surgimento do estado de bem estar social, à social democracia, em que a riqueza nacional era mantida em mãos da propriedade privada mas onde os assalariados tinham acesso a várias estâncias do poder e obtinham garantias mínimas para os direitos sociais. A Suécia e a Dinamarca, entre outros países, foram e são exemplos de efetivação da social-democracia. Em alguns outros, passado o temor de uma pressão soviética, do socialismo real, com a debacle da União Soviética, grupos dominantes passaram a intensificar o acesso ao lucro, a minimizar os custos de produção e, em nome da eficiência, a eliminar os direitos adquiridos, mesmo quando consagrados pelas constituições.

O impacto da tecnologia, altamente desenvolvida e controlada pelos grupos detentores do poder político e econômico, minimizaram o papel do trabalho como fator de produção e passaram a substituir os trabalhadores, em atividades essenciais, por robôs. O fato diminuiu o poder de pressão dos sindicatos e pôde multiplicar os lucros dos bancos e das grandes empresas, que passaram a se associar para minimizar a concorrência.

Estes fatos levaram à anestesia da opinião pública, à pressão da mídia sobre a população e à exacerbação do homem trabalhador e da natureza. Daí vivermos sob a ameaça de duas tragédias: a generalização do desemprego, provocando a dissolução da sociedade, e a destruição da natureza, devastada e degredada pela exploração desenfreada e pelo lançamento de resíduos industriais nas águas continentais e marítimas. Para obter maior produtividade agrícola passou-se a utilizar agrotóxicos, com impactos mortais sobre os animais e os homens. Lembre-se, como exemplo, o caso do rio Madeira, na Amazônia, um dos mais caudalosos do mundo e que se encontra contaminado pelo lançamento do mercúrio em suas águas.

Não se pode deixar de lembrar que epidemias que atacavam as populações nos séculos passados, como, entre outras, a varíola, a febre amarela, o cólera, a bubônica, etc, haviam sido praticamente erradicadas nos fins do século XIX e início do século XX, voltaram a incidir fortemente sobre as populações pobres que levam uma vida miserável e não podem fugir à promiscuidade e à mendicância na periferia das cidades. E os rios morrem, fazendo pesar sobre a humanidade a inanição por falta de água potável.

06 – Quais as perspectivas para o século XXI?

Estamos iniciando, a 01 de janeiro de 2001, um novo século e um novo milênio. A data é psicologicamente marcante e homens, como D. Hélder Câmara, que já se preocupavam com o futuro da

humanidade, pugnavam para que o novo milênio fosse iniciado sem fome e sem miséria. Isto em um momento em que dois terços da humanidade não têm o que comer nem como se prevenir contra as doenças.

Como se pode organizar uma sociedade em que os interesses da humanidade se sobreponham aos dos grandes grupos econômicos e em que os governos se preocupem não só em manter como também em ampliar os direitos humanos? Como se pode orientar a juventude levando-a a substituir as drogas e a violência por preocupações culturais e sociais? Como coibir o uso de agrotóxicos que provocam a destruição do próprio homem, ou de substâncias químicas que poluem o ar e chegam a atingir a camada de ozônio que protege a Terra da ação dos raios ultravioleta? Mas, sobretudo, como se pode eliminar as discriminações entre os homens, fazendo desaparecer os preconceitos de raça, de cultura e de classe? Quando os homens se conscientizarão da necessidade de utilizar a natureza sem destruí-la nem degradá-la? Quando as empresas se cristianizarão, procurando controlar o lucro, respeitando os direitos da natureza, dos homens e até dos animais?

As perspectivas para o século XXI são as de que o mesmo será conduzido visando beneficiar a Terra e a humanidade como um todo, ou de quê, com o desenvolvimento tecnológico, este e o capital utilizados para que alguns grupos exerçam o poder ditatorial e despótico sobre o homem e a natureza? Fato que se tornará mais pernicioso porque o poder pode ser exercido em escala mundial e não em parcelas da superfície da Terra, formada pelos estados.

Esperamos que as perspectivas para o século XXI não sejam sombrias, mas não podemos garantir que o avanço científico e tecnológico seja usado em benefício da humanidade como um todo.

Referências bibliográficas:

- 1994 – Naisbitt, John – *Paradoxo Total*. Rio de Janeiro. Campus;
- 1992 – Fukiama, Francis – *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro. Rocco;
- 1983 – Freyre, Gilberto - *Insurgências e Ressurgências Atuais. Cruzamento de sins e nãoos em um mundo em transição*. Porto Alegre. Globo;
- 1994 – Andrade, Manuel Correia de – *Uma Geografia para o Século XXI*. Campinas. PAPIRUS.